

MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



ABRIL/2018 - Nº 105

A AMATRA-2 DE DIRETORIA NOVA:

TODOS JUNTOS E EM DEFESA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PÁG. 16



**PROMOÇÃO POR
MÉRITO: TRT-2 DEVE
COMEÇAR A PROMOVER
OS PRIMEIROS
CANDIDATOS A PARTIR
DE 21 DE MAIO**

PÁG. 6

**SAIBA COMO FOI
A HOMENAGEM À
CLAUDIA ZERATI
NO 6º CONGRESSO
DA MAGISTRATURA
LABORAL**

PÁG. 8

**OS NÚMEROS DA
EFICIÊNCIA DE JUÍZES E
DESEMBARGADORES
DO TRT-2
EM TEMPOS DE
REFORMA TRABALHISTA**

PÁG. 3



MAGISTRATURA E TRABALHO

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

FARLEY ROBERTO RODRIGUES DE CARVALHO FERREIRA

VICE-PRESIDENTE

LEONARDO GRIZAGORIDIS DA SILVA

DIRETORA-SECRETÁRIA

RAQUEL MARCOS SIMÕES

DIRETORIA FINANCEIRA E DE PATRIMÔNIO

CRISTINA OTTONI VALERO

VALÉRIA NICOLAU SANCHEZ (ADJUNTA)

DIRETORIA CULTURAL

FÁBIO MOTERANI

JOSÉ CARLOS SOARES CASTELLO BRANCO

EDUARDO ROCKENBACH PIRES

DIRETORIA SOCIAL

TÁTIANA AGDA JULIA E. H. BELOTI MARANES

VANESSA ANITABLIAN BALTAZAR

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

JEFFERSON DO AMARAL GENTA

JULIANA HEREK VALÉRIO

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

DESEMBARGADORES

TITULAR: MANOEL ANTÔNIO ARIANO

SUPLENTE: ROSANA ALMEIDA BUONO

JUIZES TITULARES

TITULAR: PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS

SUPLENTE: ADRIANA PRADO LIMA

JUIZES SUBSTITUTOS

TITULAR: MARCELO AZEVEDO CHAMONE

SUPLENTE: JULIANA DEJAVITE DOS SANTOS

DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

FREDERICO MONACCI CERUTTI

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ DE RESENDE

DIRETORIA DE APOSENTADOS

MARIA CRISTINA FISCH

AMADOR PAES DE ALMEIDA

MARIA ALEXANDRA KOWALSKI MOTTA

MARIA LUJZA FREITAS

DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

MARCOS SCALERIO

LAURA RODRIGUES BENDA

CONSELHO FISCAL

TITULARES

MÁGDA CRISTINA MUNIZ

KATIUSSIA MARIA PAIVA MACHADO

DANIEL ROCHA MENDES

JULIANA EYMI NAGASE

SUPLENTES

RENATA SIMÕES LOUREIRO FERREIRA

CARLOS FRANCISCO BERARDO

COMISSÃO DE JUIZES TITULARES E SUBSTITUTOS

ADEMAR SILVA ROSA

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

DIEGO REIS MASSI

JULIANA FERREIRA DE MORAES AZEVEDO

LÁVIA LACERDA MENENDEZ

LEONARDO ALIAGA BETTI

MATHEUS BARRETO CAMPELO BIONE

MAURÍCIO MARCHETTI

ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE

SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO

DIRETORIA DE ASSUNTOS

LEGISLATIVOS E INSTITUCIONAIS

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA

JULIANA JAMTCHER GROSSO

REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA LESTE

APARECIDA MARIA DE SANTANA

REPRESENTANTE DO FORO REGIONAL DA ZONA SUL

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE GUARULHOS

FLÁVIO ANTONIO CAMARGO DE LAET

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DO ABC

CLAUDIA FLORA SCJPINO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DA BAIXADA SANTISTA

XERXES GUSMÃO

REPRESENTANTE DA CIRCUNSCRIÇÃO DE OSASCOS

DAIANA MONTEIRO SANTOS

AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235

BLOCO B – 10º ANDAR

BARRA FUNDA – SÃO PAULO - SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996,

(11) 3392-4997 – FAX: (11) 3392-4727

O JORNAL MAGISTRATURA

E TRABALHO É FEITO PELA

VARIDEL COMUNICAÇÃO

RUA CARDOSO DE ALMEIDA, 1006 – 9º ANDAR

PERDIZES – SÃO PAULO – SP – CEP: 05013-001

TEL: (11) 2501-2202

JORNALISTA RESPONSÁVEL

EDNA DANTAS – MTB 1.259/DF

PROJETO GRÁFICO E ARTE

PATRICIA MORANTE

COLABORARAM NESTA EDIÇÃO:

PRODUÇÃO GRÁFICA: MAGENTA LAB

REVISÃO: DANIELE ARONQUE

FOTOS DE CAPA: FELIPE PINHOLI (DIVULGAÇÃO AMATRA-2)



FOTO: DIVULGAÇÃO AMATRA-2

Caros associados:

Ao me despedir da Presidência da AMATRA-2 – biênio 2016/2018, não poderia deixar de registrar meu sentimento de gratidão a Deus, minha esposa, Milena Loureiro, aos integrantes da Diretoria, aos funcionários da Entidade e, principalmente, aos Associados.

Gostaria de agradecer a cada um dos integrantes da Diretoria pela colaboração frequente, harmônica convivência e pela amizade nesses anos de luta associativa, por estar me dando força para continuar, mesmo diante dos piores cenários. Procuramos fazer o melhor. Buscamos representar os Associados com altivez, ética e responsabilidade. Trabalhamos, aprendemos e amadurecemos muito nesse tempo associativo.

Foram dois anos de crise, incertezas financeiras e políticas, recessão e desemprego, mas não desanimamos.

Atuamos incansavelmente nas gestões corporativas e sociais, no enfrentamento de cortes orçamentários, na recomposição de nossos subsídios, na defesa intransigente de nossas prerrogativas e na busca da valorização da carreira da Magistratura.

As vitórias foram muitas e podem ser sentidas diariamente por todos os Associados, suplantando, por certo, os percalços encontrados cotidianamente.

Iniciamos os nossos esforços movidos pela inspiração da liderança que nos antecedeu – Presidente Patrícia Almeida Ramos – biênios 2012/2014 e 2014/2016, que realizou uma verdadeira transformação na AMATRA-2, tornando-a independente, prestigiada no cenário nacional e atuando de forma destemida e com voz ativa exclusivamente aos interesses dos Associados.

Encerramos com a certeza de que a luta associativa continua, agora conduzida pelo Presidente Farley Ferreira – biênio 2018/2020, aguerrido líder, competente profissional e grande amigo que, certamente, dará continuidade ao nosso trabalho. Sob seu comando atravessaremos difíceis momentos e deles sairemos mais fortes.

Obrigado a todos que apoiam e colaboram com a AMATRA-2.

Retorno para a jurisdição com a mesma vontade do primeiro dia de judicatura.

Dedicarei mais tempo à família, especialmente minha esposa Milena Loureiro, que me escolheu como companheiro, pela paciência, compreensão, solidariedade e amor incondicional nesse período à frente da AMATRA-2.

Doravante, continuo à disposição de todos e desejo uma gestão exitosa à nova Diretoria da AMATRA-2.

Fortalecer e Progredir.

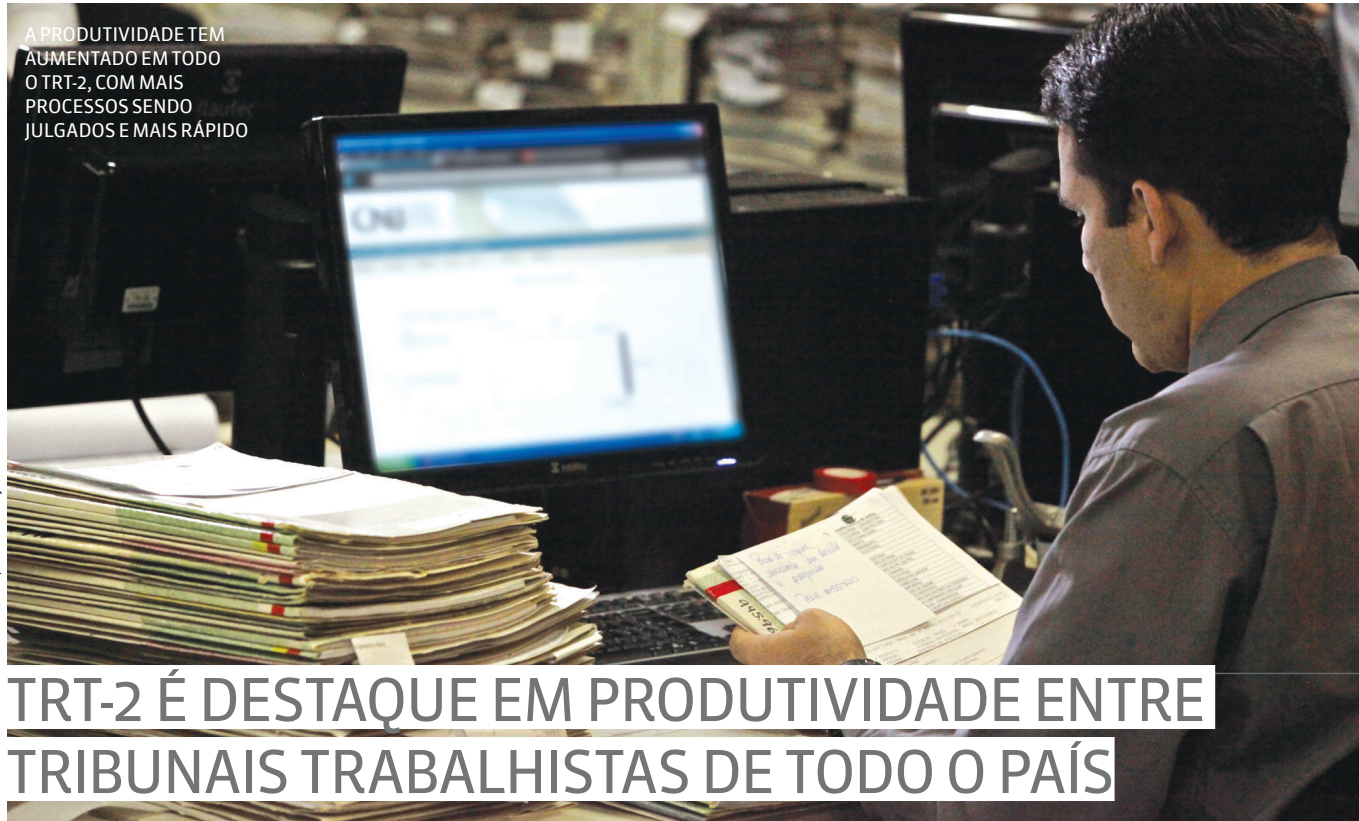
Fábio Ribeiro da Rocha
Presidente da AMATRA-2
biênio 2016/2018

ERRATA

Ao contrário do que foi publicado na edição 103, a AMATRA-2 não tem mais convênio com o Bourbon Atibaia Convention & Spa Resort.

A PRODUTIVIDADE TEM AUMENTADO EM TODO O TRT-2, COM MAIS PROCESSOS SENDO JULGADOS E MAIS RÁPIDO

LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ



TRT-2 É DESTAQUE EM PRODUTIVIDADE ENTRE TRIBUNAIS TRABALHISTAS DE TODO O PAÍS

Acervo de processos diminui e mais casos são julgados, apesar do déficit no número de Magistrados

O PE-JT (Plano Estratégico da Justiça do Trabalho) para o período de 2015 a 2020 revelou os ótimos resultados que o TRT-2 (Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região) vem alcançando nos últimos anos. Os Magistrados da Corte têm aumentado a produtividade a cada ano, já atingindo diversas metas estabelecidas no Plano de acordo com relatório do ano-base 2017, divulgado em março pelo CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho)

Ainda na metade da execução de todo o PE-JT, a corte paulista conseguiu aumentar a produtividade e reduzir o acervo total, em pri-

meira e segunda instâncias.

A diminuição no tempo médio de duração do processo na 2ª instância foi destaque entre todos os TRTs do País, com a maior redução na quantidade de dias de tramitação. Em 2017, o tempo de duração médio foi de 210 dias, frente a 315 dias no ano de 2016. Essa evolução representa um índice de 126,83% da meta 4 estabelecida no PE-JT.

A primeira instância também teve boa performance. O tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em 2017 foi de 237 dias, novamente dentro da meta estabelecida no PE-JT e abaixo do resultado do ano anterior - 246 dias.

O tempo de duração do processo em 2ª instância foi reduzido em

105 dias
no ano passado

Fonte: CSJT

O acervo processual da 2ª Região também foi reduzido, com mais processos julgados do que a quantidade distribuída (Meta 6): no total, em 2017 foram distribuídos 528.835 processos, sendo que 584.489 passaram por julgamento. É importante destacar que estes números vêm sendo alcançados mesmo com a vacância de cerca de 160 cargos de Magistrado no TRT-2.

Os piores índices da corte paulista foram relativos às metas 8 e 11 do PE-JT. No primeiro caso, o Índice de Ações Coletivas julgadas em segunda instância chegou a 45,91% do estabelecido. Das 403 ações desse tipo distribuídas, os Magistrados julgaram 185, cerca de metade da meta, que é de 90%.

Já quanto à meta 11, que prevê o aumento na quantidade de execuções trabalhistas e fiscais, o TRT-2 teve um de seus piores desempe-

O déficit de Magistrados no TRT-2 soma **160 cargos**

Fonte: CSJT

nhos, atingindo apenas o índice de 59,07% das baixas em execuções previstas. A meta nacional foi de 90% para o período, sendo alcançada por quase a totalidade dos TRTs do País.

Destaca-se que a 2ª Região tem uma defasagem de cerca de 37,6% no total de servidores. Também é preciso lembrar que, em 2016, a Justiça do Trabalho recebeu um duro golpe, com cortes orçamentários drásticos, que quase culminaram com o fechamento, ainda que provisório, de fóruns e unidades.



MAGISTRADOS DEBATEM PREVIDÊNCIA

TEMAS COMO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA E FUNDOS COMPLEMENTARES FORAM DEBATIDOS NO SEMINÁRIO

FOTOS: DIVULGAÇÃO / AMATRA-2

No dia 29 de janeiro de 2018, o Auditório do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa sediou o seminário “Reforma da Previdência, Previdência Complementar e FUNPRESP-JUD”, com a participação de Magistrados e servidores ativos do TRT-2.

O evento, promovido pela AMATRA-2 com apoio da EJUD-2 (Escola Judicial do TRT-2), debateu pontos relevantes sobre o tema, como a migração do gerenciamento de parte da Previdência do funcionalismo público por entidades do sistema financeiro, entre outros.

Na mesa de abertura, estiveram presentes o Desembargador Wilson Fernandes, Presidente do TRT-2, o Desem-

bargador Adalberto Martins, Diretor da EJUD-2, e o Presidente da AMATRA-2, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha.

Participaram dos painéis o Procurador Federal, Daniel Pulino, o Diretor de Seguridade da FUNPRESP-JUD (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário), Edmilson Chagas, e o executivo do banco Santander, Gilberto Duarte.

Atualmente, a Reforma da Previdência encontra-se estagnada, com os debates suspensos até o período pós-eleições de outubro. Em meados de abril de 2018, o FMI (Fundo Monetário Internacional) pressionou as autoridades brasileiras pela reforma, alegando que “in-



certezas políticas abrem espaço para riscos na implementação de reformas ou mesmo a possibilidade de reorientação de agendas políticas.

Diversos presidentes já se posicionaram contrários à Reforma da Previdência nos moldes destacados pelo governo atual. Porém, também afirmam que só após uma definição do quadro político nacional será possível retornar aos debates.

AGÊNCIA CNJ



PELA VALORIZAÇÃO E DIGNIDADE REMUNERATÓRIA DO JUDICIÁRIO

No dia 15 de março, a AMATRA-2 participou ativamente do ato em defesa da Magistratura Nacional. O dia de mobilização ocorreu em diversas capitais e, em São Paulo, teve a participação da Associação, representada pelo seu Presidente, o Juiz Fábio Ribeiro da Rocha.

O ato reuniu cerca de 150 Magistrados e Procuradores no auditório do Fórum Pedro Lessa, da Justiça Federal. Participaram do evento representantes da ANPR (Associação Nacional dos Procuradores da República), ANPT (Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho), AJUFESP (Associação dos Juizes Federais de São Paulo e Mato Grosso do Sul), AJUFE (Associação dos Juizes Federais do Brasil), ANAMATRA (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho) e AMATRA-15 (Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 15ª Região).

Segundo as entidades, o teto salarial das carreiras deveria ser de R\$ 47 mil, caso o valor tivesse sido reajustado. O salário inicial dos Juizes Federais es-

taria em torno de R\$ 37 mil no caso de correção. De acordo com cálculos das entidades, a defasagem nos vencimentos dos Magistrados ultrapassa os 40% nos últimos sete anos.

Em sua fala, o Presidente da AMATRA-2 destacou os ataques sofridos e a relevância do Judiciário Nacional. “Querem atacar o Poder Judiciário, uma das poucas instituições que gozam de razoável confiança da sociedade. É o Poder Judiciário que combate a corrupção. É o Poder Judiciário que combate o trabalho em condição análoga à escravidão, que combate o trabalho infantil, que combate a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho, entre outros. Não se trata apenas de assunto de interesse corporativo, mas sim da defesa do Poder Judiciário e do povo brasileiro”, enfatizou Fábio Rocha.

Defasagem de subsídios chega a

40% nos últimos sete anos



FOTOS: DIVULGAÇÃO / AMATRA-2

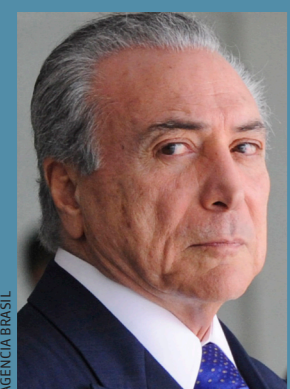
Ele ainda destacou as desigualdades entre as remunerações na esfera da União e estadual, com decisões discrepantes entre os benefícios para ambas as Magistraturas.

“[...] é evidente o notório desequilíbrio entre a condição das remunerações dos Juizes da União e dos Juizes dos Estados da federação, notadamente em razão do número de auxílios e benefícios que existem somente nos Estados. Qualquer decisão deve alcançar todos os Juizes do País, porque a Magistratura é uma só”, completou.

Após os atos nacionais, no dia 21 de março, o Ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal, retirou todas as ADIs (Ação Direta de Inconstitucionalidade) da pauta do STF e encaminhou o assunto à Câmara de Conciliação da Administração Federal.

No começo de abril, a AGU (Advocacia-Geral da União) iniciou as reuniões entre representantes do Governo Federal e entidades de Juizes e Membros do Ministério Público para a instauração da Câmara de Conciliação entre as partes.

MP 805 - CADUCOU



AGÊNCIA BRASIL

No dia 8 de abril de 2018, a MP 805 perdeu sua validade. A Medida, que previa o aumento da alíquota de contribuição previdenciária para o funcionalismo público ao patamar de 14%, foi alvo de crítica de entidades de classe pois, somada à alíquota do Imposto de Renda, poderia representar uma fatia de 41,5% do vencimento do servidor, incluindo Magistrados.

CNJ PROÍBE SUSPENSÃO DE FÉRIAS PARA CURSOS DE CAPACITAÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) manteve a decisão que veda aos TRTs interromper as férias dos Magistrados para que estes participem de cursos de capacitação profissional. O Conselho Superior de Justiça do Trabalho já vedava a prática entre as Cortes. Segundo o CNJ, o objetivo é coibir práticas corriqueiras de suspensão de férias que possam comprometer a organização judiciária.



APÓS ACORDO COSTURADO PELO CNJ (FOTO) COMO RESULTADO DE PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS DA AMATRA-2, TRT-2 JULGA PROMOÇÕES DE MAGISTRADOS POR MÉRITO

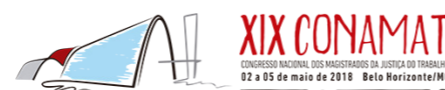
CRITÉRIOS OBJETIVOS PARA PROMOÇÕES E AGORA?

LUÍZ SILVEIRA / AGÊNCIA CNJ

A primeira sessão do Pleno para julgamento das promoções e acesso por merecimento de Magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) está marcada para o próximo dia 21 de maio. A data, no entanto, ainda pode ser mudada. A informação foi confirmada ao Magistratura e Trabalho pela assessoria de imprensa do Regional. Ao todo, foram lançados 27 editais, cinco antigos e 22 novos. “A retomada das votações das promoções, com respeito às regras estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é um marco no TRT-2”, resume o Vice-Presidente da AMATRA-2, Juiz Leonardo Grizagoridis da Silva. A decisão da administração do Tribunal atende Pedido de Providências de iniciativa da

Associação perante o CNJ em setembro de 2015, que julgou como procedente a demanda da entidade associativa e costurou um acordo entre as duas partes. O processo de escolha dos Magistrados que devem conquistar promoção e acesso por merecimento segue as regras previstas através da Resolução Administrativa 06, de dezembro de 2017. Atendidas as exigências, prazos e eventuais recursos, Desembargadores atribuirão suas notas aos concorrentes, que por sua vez terão a oportunidade de saber os motivos pelos quais mereceram ou não a promoção quando comparados aos demais concorrentes. “O ano de 2018 será um ano com movimentação na carreira e, consequentemente, teremos muitas oportunidades

para celebrarmos as conquistas de nossos associados”, comemora o Vice-Presidente da AMATRA-2.



02 a 05 de maio acontece o 19º Conamat, em Belo Horizonte



AGÊNCIA SENADO

MP DA REFORMA CADUCA E VAI VIRAR DECRETO

A Medida Provisória 808, editada pelo governo no dia 23 de novembro de 2017, não foi votada pelo Congresso Nacional e acabou tendo o destino de muitas outras MPs: caducou. A MP foi uma promessa do governo para aprovar a reforma trabalhista no Senado sem alterar o projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados. Recebeu quase mil emendas, mas a comissão mista formada para analisar o texto sequer se reuniu neste período. Sem a MP, a lei 13.467, que entre outras coisas, autoriza o trabalho de grávidas e lactantes em locais insalubres, passa a vigorar na íntegra. Entretanto, uma saída aventada pelo Executivo é editar um decreto para regulamentar pontos polêmicos da reforma. Segundo informações que circulavam na imprensa, a área técnica do governo analisa os pontos que devem ser regulamentados e ainda não existe data para edição do documento.



ABERTURA DO ANO DE EVENTOS: ALMOÇOS DE CONFRATERNIZAÇÃO NA SEDE DO TRT-2 E, NO DIA SEGUINTE, NA BARRA FUNDA

CONFRATERNIZAÇÃO, BATE-PAPO, BOA COMIDA E MÚSICA

FOTOS: DIVULGAÇÃO / AMATRA-2

Como a AMATRA-2 tem feito tradicionalmente em anos anteriores, a série de eventos anuais foi aberta com dois almoços de confraternização entre os colegas no ambiente de trabalho.

Na segunda-feira, dia 05 de fevereiro, o encontro de Associados foi no 22º andar do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2), na Rua da Consolação, centro de São Paulo. Entre os participantes do evento estavam o Presidente do Tribunal, Desembargador Wilson Fernandes, e o então Presidente da entidade, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha.

No dia seguinte, 06 de fevereiro, o encontro aconteceu na Sede da AMATRA-2, no Fórum Ruy Barbosa, tendo como atração um grupo musical. Boa comida, bate-papo e confraternização estiveram presentes em ambos os almoços.



PARCERIA ALEGRA PÁSCOA DE CRIANÇAS

A AMATRA-2, em parceria com a empresa Cacau Show, realizou no dia 29 de março, entrega de ovos de páscoa para crianças do Centro de Educação Infantil Pequeno Príncipe, localizado na Rua Eucaridium, no bairro do Jardim Brasília, em São Paulo. A creche conveniada da Prefeitura de São Paulo atende 140 crianças de zero a 3 anos e 11 meses moradoras de uma região extremamente carente na área de Itaque-

ra. A instituição integra a obra social da Paróquia de São Mateus. A entrega dos ovos causou alvoroço entre a garotada. Muitos queriam abrir e comer o chocolate doado. A funcionária da AMATRA-2, Carla Ayres, que representou a entidade, descreveu como emocionante ver a alegria das crianças refletida em cada rostinho. A AMATRA-2 agradece a colaboração da Cacau Show por sua participação neste projeto.





NA MESA DE ABERTURA (DA ESQ. PARA A DIR.): O PRESIDENTE DA AMATRA-2, JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, O PRESIDENTE DO TRT-2, DESEMBARGADOR WILSON FERNANDES, O DIRETOR DA EJUD-2, DESEMBARGADOR ADALBERTO MARTINS E O DIRETOR CULTURAL DA AMATRA-2, JUIZ FÁBIO MOTERANI

FOTOS: COMUNICAÇÃO AMATRA-2

A CONSTITUIÇÃO ESTÁ EM RISCO?

Conhecido por garantir um leque de direitos sociais, os 30 anos da Carta Magna brasileira foi o tema central do 6º Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo, organizado pela AMATRA-2

POR ALEXANDRE SACONI

A Constituição completa 30 anos em 2018 e, cada vez mais, é preciso debater o seu papel na garantia dos direitos sociais. Em época de reforma trabalhista e ataques à Justiça do Trabalho e aos seus Magistrados, este assunto precisa ser acompanhado de perto. Com isso em mente, nos dias 1 e 2 de março, a AMATRA-2, com apoio do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT-2) e da Escola Judicial de São Paulo (EJUD-2), realizou o 6º Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo. O evento ocorreu no auditório do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, o Fórum da Barra Funda, na capital paulista. Com o tema “30 anos da Constituição e Direitos Sociais: Contradições e Perspectivas”, participaram do evento aproximadamente 350 pessoas, entre

Desembargadores, Juízes, Advogados, professores e estudantes de direito. Foram seis painéis e onze palestrantes durante os dois dias do Congresso. Já tradicional no calendário da AMATRA-2, o encontro foi marcado por debates e fortes emoções. No segundo dia do evento, a Juíza Claudia Zerati, morta em 2017, foi homenageada em um momento muito especial do Congresso (veja na página 11).

DIREITOS SOCIAIS

A abertura contou com a participação dos Desembargadores Wilson Fernandes, Presidente do TRT-2, Adalberto Martins, Diretor da EJUD-2, e dos Juízes do Trabalho Fábio Ribeiro da Rocha, então Presidente da AMATRA-2, e Fábio Moterani, Diretor Cultural da Associação.

O Presidente da AMATRA-2 deu o tom de como se dariam os debates nos dois dias do encontro. “Em nosso Congresso, o tema central são 30 anos da Constituição. Mas, por certo, não vamos desviar da temática da reforma trabalhista. Até porque, qualquer legislação no Brasil deve ser interpretada, e somente é válida, com base na Constituição Federal”, disse o Magistrado. O painel de abertura do evento teve como presidente da mesa o Juiz do Trabalho Xerxes Gusmão, do TRT-2. Como palestrante, foi convidado Alysson Leandro Mascaro, advogado e professor da USP. Em sua fala, Mascaro destacou que o futuro dos direitos e da Justiça do Trabalho no Brasil será aquele que a luta dos trabalhadores e de todos os deserdados do país tornar realidade.

“A única hipótese que temos de garantir o estado atual dos direitos sociais, e de resistir à queda desses direitos e de ampliar e transformar as condições da sociabilidade presente é com a união daqueles que não têm acesso às benesses do capitalismo. E essa união se faz por meio de uma multidão, na medida em que essa é a multidão explorada, sendo, essencialmente, a classe trabalhadora”, definiu o professor.

A mesa do segundo painel do dia – “O compromisso constitucional da Justiça do Trabalho” – foi presidida pelo Desembargador aposentado Carlos Francisco Berardo, do TRT-2. O palestrante, Juiz Rodrigo Garcia Schwarz, disse acreditar que “o futuro dos direitos sociais do país, e o próprio futuro da Justiça do Trabalho, passa pela resignificação do que a Justiça do Trabalho fizer de si e do seu papel”.

“Neste momento, em que nós temos abertas inquietudes, crises, problemas etc, acredito que a serenidade da Justiça do Trabalho, o seu compromisso constitucional e o seu compromisso com o social acabam deixando essa Justiça especializada como uma grande mediadora dos conflitos nacionais e, por fim, fortificando o estatuto jurídico/normativo dos direitos sociais no País”, completou Schwarz.

REFORMA X CONSTITUIÇÃO

Em seguida, o debatedor da mesa, o Desembargador Antero Arantes Martins (TRT-2), se definiu como um otimista que acredita na natureza humana.

“A reforma trabalhista é um atentado, um perigo à justiça social, mas eu acredito na coragem da advocacia que, em outros momentos históricos, sempre lutou contra a dominação e contra a exploração dos mais vulneráveis. Eu também acredito que o Juiz do Trabalho vai saber enfrentar essa questão da reforma sob o prisma constitucional, sob o prisma da nossa Constituição de 1988, a Constituição chamada de Constituição Cidadã”, declarou.

O painel de encerramento do primeiro debate “Trabalho e Cidadania” foi presidido pelo Juiz José Carlos Soares Castello Branco, do TRT-2. O palestrante, o Procurador Rodrigo de Lacerda Carelli, do MPT-RJ, foi enfático em sua fala.

“Eu acredito que o futuro dos direitos sociais no Brasil vai depender da própria sociedade brasileira, quando ela

acordar para o fato de que deve defendê-los como está na Constituição Federal. Não há direito sem luta e as pessoas devem lutar por ele!”, apontou.

Em seguida, o debatedor Leonardo Aliaga Betti, Juiz do TRT-2, disse que “infelizmente nós vamos passar por uma fase de muita luta, mas temos de ser vencedores nessa batalha”.

SLOGAN E PROPAGANDA

Betti demonstrou-se crítico às promessas de melhora trazidas pela reforma trabalhista, mas que não se veem na prática. “O que nós temos é muito slogan. É muito marketing. É muita propaganda e pouca efetivação do que essas propagandas oferecem. Eu vejo uma Constituição 1.001 utilidades, como eu vejo 1.001 utilidades na lâ de aço. Agora, quantas utilidades de fato existem na lâ de aço? E quantas utilidades prometidas pela Constituição Federal são, de fato, concretizadas na sociedade?”, ponderou.

No segundo dia, o primeiro painel da manhã, presidido pelo Desembargador aposentado Amador Paes de Almeida (TRT-2), abordou a temática “Constitucionalismo social: crises e desafios”. A palestrante, Juíza Patrícia Maeda (TRT-15), destacou que a Constituição brasileira de 1988 representou um ponto fora da curva no cenário mundial e relevo suas conquistas.

“A Justiça do Trabalho e o Direito do Trabalho só terão alguma condição de sobrevivência se, ainda no sistema capitalista, a gente se agarrar na Constituição. Há um grande volume de material muito bem produzido pela participação popular na Constituinte. É a partir deste material, que se efetivou os direitos sociais como direitos fundamentais na Carta, que nós vamos conseguir continuar a nossa missão de fazer justiça social”, disse a Magistrada.

Em seguida, o debatedor da mesa, Juiz Eduardo Rockenbach Pires, destacou a



O DESEMBARGADOR APOSENTADO CARLOS FRANCISCO BERARDO, E O DESEMBARGADOR ANTERO ARANTES MARTINS (ESQ.); O PROFESSOR ALYSSON LEANDRO MASCARO (ABAIXO À ESQ.); O PROCURADOR DO MPT-RJ RODRIGO DE LACERDA CARELLI (ABAIXO); OS JUÍZES DO TRT-2 JOSÉ CARLOS SOARES CASTELLO BRANCO E LEONARDO ALIAGA BETTI (AO FINAL)



EVENTOS

situação em que os direitos sociais no Brasil se encontram “em um momento crítico e que requer toda nossa atenção”.

“É preciso que, não só a Justiça do Trabalho, mas a comunidade acadêmica e todas as pessoas que trabalham para poder sustentar a sua família estejam atentas e resistam às reformas liberais. Que resistam às tentativas liberalizantes de encerrar a nossa rede de proteção social. Isso parece estar acontecendo com o direito previdenciário e com o direito do trabalho, mas pode atingir a saúde e a educação a médio e longo prazo”, alertou.

O segundo painel do dia abordou a temática “Direitos coletivos, constituição e democracia”, com a mesa presidida pela Desembargadora Ivete Ribeiro (TRT-2). Em sua fala, a Desembargadora Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva (TRT-1) afirmou durante sua palestra que “em um Brasil com tantas desigualdades como o nosso, em um País de tanta segregação, diferenciação social e com exclusões tão históricas, os direitos sociais são ‘direitos da vida’ para a maioria dessa população”.

Ainda neste contexto, reiterou que “a Justiça do Trabalho é uma das institui-

ções fundamentais para a preservação e a garantia dos direitos sociais dos trabalhadores, principalmente nesse momento em que as políticas de austeridade os suprimem, os degradam e os atacam”.

A debatedora do painel, Juíza Vanessa Anitablian Baltazar (TRT-2), disse ver “de maneira muito positiva” o futuro da Justiça trabalhista e dos direitos sociais.

“A gente ainda vai ver, na prática, o que a reforma trabalhista trouxe de pontos positivos e como ela vai refletir na nossa realidade, mas eu ainda acredito que nosso papel tem sido feito, tanto na Justiça do Trabalho, nas instituições trabalhistas, como na própria sociedade”, afirmou.

POLARIZAÇÃO DA SOCIEDADE

O último painel do Congresso, realizado após a homenagem à Juíza Cláudia Zerati (ver ao lado), abordou o “Patriarcalismo jurídico, direitos das mulheres e ações afirmativas”. Como presidente da mesa, a Desembargadora Silvana Abramo Ariano (TRT-2) deu a palavra à palestrante, Ana Lucia Sabadell, da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Em sua palestra, a professora ponderou que “sem efetivação dos direitos sociais, você não tem segurança, não tem condições de construir uma sociedade que possa ser inclusiva para toda a sociedade brasileira”.

“[...] nós estamos em um momento de extrema crise financeira no Brasil, com o problema da polarização da sociedade e isso é muito sério. Mais do que nunca, é importante que a gente retome essa pauta dos direitos sociais que, efetivamente, depois da reforma trabalhista, foram muito sucateados, concluiu.

A última debatedora a falar no evento foi a Juíza Laura Rodrigues Benda (TRT-2). Ela criticou os ataques que a Justiça do Trabalho vem sofrendo, em toda sua história mas, principalmente, desde 2016.

“Os ataques taxam a Magistratura Trabalhista com uma série de mitos, como que ‘a Justiça do Trabalho é protecionista demais, lenta, cara’ etc, sendo que, na verdade, dentro de suas limitações institucionais, é o centro de resistência contra a dilapidação que está havendo dos direitos sociais”, destacou.



ACERVO PESSOAL

À DIREITA, MESA COMPOSTA PARA HOMENAGEAR A JUÍZA CLÁUDIA ZERATI; ABAIXO, A JUÍZA PATRÍCIA MAEDA (TRT-15), O DESEMBARGADOR APOSENTADO AMADOR PAES DE ALMEIDA (TRT-2) E O JUIZ EDUARDO ROCKENBACH PIRES (TRT-2); AO FINAL, A JUÍZA VANESSA ANITABLIAN BALTAZAR (TRT-2), A DESEMBARGADORA IVETE RIBEIRO (TRT-2) E A DESEMBARGADORA SAYONARA GRILLO COUTINHO LEONARDO DA SILVA (TRT-1); ABAIXO, À DIREITA, A PROFESSORA ANA LUCIA SABADELL (UFRJ) E A DESEMBARGADORA SILVANA ABRAMO MARGHERITO ARIANO (TRT-2)



“UM ANJO E UM MONTE DE ANJINHOS”

No momento mais emocionante do 6º Congresso da Magistratura Laboral de São Paulo, os presentes homenagearam a Juíza Cláudia Zerati, assassinada em 2016. Diversos Magistrados e amigos subiram ao palco para relembrar a memória de Cláudia, vítima de feminicídio em São Paulo. O então presidente da AMATRA-2, Juiz Fábio Ribeiro da Rocha, leu uma nota que refletiu o sentimento de todos os presentes, de apreciação e carinho pela homenageada. Nela, Rocha reafirmou a sua presença intensa e cativante entre todos.

Em seguida, o Juiz Luís Rodrigo Fernandes Braga, do TRT-15, que estudou com Cláudia na PUC-Campinas, falou sobre a generosidade e alegria que sempre foram características marcantes na personalidade da Magistrada. Ele encerrou sua fala desejando que “Cláudia brilhe, porque ela merece”.

A mãe da Magistrada, Elisabete Manzini Zerati, recebeu a homenagem em nome de sua filha e emocionou a todos os participantes do evento. Elisabete agradeceu aos presentes e aos Magistrados, que apoiaram ela e sua família no momento de dor e perda. “Eu falo sempre para Deus que ele me levou um anjo, mas me deixou um monte de anjinhos”, disse a mãe da Juíza. Ao final da homenagem, Elisabete recebeu flores e uma placa em homenagem à vida e à trajetória de sua filha, momento em que foi fortemente aplaudida pelos presentes e abraçada pelos Magistrados. A filha de Cláudia, Maria Carolina, também estava presente.



FAMILIARES DA JUÍZA CLÁUDIA ZERATI RECEBEM A HOMENAGEM REALIZADA NO EVENTO. AO CENTRO, A MÃE E A FILHA DA MAGISTRADA, ELISABETE E MARIA CAROLINA, RESPECTIVAMENTE



Aos 78 anos, **Vania Paranhos**, desembargadora aposentada, continua sorridente e acreditando na Justiça do Trabalho

REALIZAÇÃO COM A JUSTIÇA DO TRABALHO E MUITA SIMPATIA

ACERVO PESSOAL

“**N**ão parei. Não dá para sentar e colocar o pé para cima não”. Para quem pensa que a aposentadoria significa apenas parar de fazer o que se gosta e ficar esperando o tempo passar, a Desembargadora aposentada Vania Paranhos mostra que a vida não é bem assim. Longe disso.

Após 17 anos atuando no TRT-2, no qual entrou em 1993, Vania manteve a vida agitada que sempre teve, mas em um ritmo um pouco menor do que na época do Tribunal. “Valeu a pena. Se houver outra vida, e eu tivesse a oportunidade de fazer tudo de novo, eu faria”, diz sobre os bons tempos em que atuava na Corte.

Há três anos, essa apaixonada por poesias mora em Itu, cidade no interior

de São Paulo conhecida por ter “tudo exagerado”, desde os gigantes bancos da praça até um orelhão de sete metros de altura. Entre esses exageros que não fazem mal, podemos destacar a simpatia da Desembargadora.

“Valeu a pena. Se houver outra vida, e eu tivesse a oportunidade de fazer tudo de novo, eu faria.”

“No TRT-2 eu me realizei. [...]Tinha liberdade para tocar os processos, evidentemente, dentro dos meus princípios”, comenta a Magistrada sobre o período em que atuou no Tribunal. “Ali [no Tribunal], eu cresci profissionalmente. Eu não era mais uma. Eu tinha meu gabinete, discutia os casos e os estudava”, completa.

Na advocacia, Vania sempre atuou ao lado de trabalhadores e sindicatos. Mas isso não a impediu de ser uma Magistrada equilibrada. “Você tem que ser despojado de suas tendências mais fortes. Eu, por exemplo, só advogava para o trabalhador. Quando você vai para o Tribunal, você tem os dois lados, e você tem que procurar ser o mais isenta possível. [...] É fundamental ter coerência”, ressalta.

Vania lembra que tinha o hábito de ler os processos de trás pra frente: “Quando eu pegava um processo para examinar, eu nunca pegava da primeira folha pra frente eu pegava do fim pro começo, porque eu não queria saber o nome do advogado, nem nada. Como advogada, eu conhecia outros advogados, e você fica sabendo de antemão da situação e como cada um se manifestava, e isso poderia vir a afetar o julgamento”.

IDA PARA A SDC

De toda sua trajetória profissional, a Desembargadora aposentada destaca sua ida para a SDC (Seção Especializada em Dissídios Coletivos) como um dos fatos mais marcantes. A seção, a qual chegou a presidir, é onde relata ter vivido “momentos intensos e gratificantes”.

“Era uma época de greves de ônibus, Metrô. Quase todo dia saíamos do tribunal 22:30, 23h, porque o presidente à época fazia a gente julgar no dia. Foi uma época muito ativa, onde conseguimos muita coisa”, relembrou.

Vania ainda lembra que uma de suas decisões mais marcantes foi o primeiro dissídio coletivo do Porto de Santos. “Eu tive de ir pra Santos, tivemos várias audiências, várias reuniões... Isso foi muito marcante”, diz.

Após sair da Corte Regional, da qual se despediu em 15 de janeiro de 2010 em decorrência da aposentadoria compulsória, ela fez trabalho voluntário em instituição que auxilia pessoas cegas, participou da Universidade Aberta à Maturidade da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), ainda, fez um curso de culinária com duração de um ano. “Eu queria aprender a cozinhar direitinho, pois na época do Tribunal não dava tempo”, brinca.

Em Itu, seu ritmo mudou. Participa de um grupo da 3ª Idade que se reúne toda semana para ter aulas. Diz que abandonou o direito como principal atividade depois de aposentada, e que hoje, no interior de SP, está “sendo avó”.

Vania foi casada duas vezes. A primeira, se separou do marido e, na segunda união, ficou viúva. As duas uniões resultaram em uma família com cinco filhos, seis netos e seis bisnetos. Nenhum de seus filhos seguiu na área jurídica, mas três de seus netos escolheram a mesma área de atuação da avó, destaca.

“A Justiça do trabalho sempre foi operante. [...] Ela é séria e os Juízes trabalham muito. É uma Justiça extremamente especializada e importante”

“É uma tremenda injustiça que estão fazendo para a Justiça do Trabalho”. Assim a Magistrada resumiu seu sentimento sobre a os ataques feitos à Justiça Laboral. Vania também destaca que “[o desejo em acabar com a Justiça Laboral] é mais por questões políticas do que por outra coisa”.

“A Justiça do Trabalho sempre foi operante. [...] Ela é séria, e os juízes trabalham muito. É uma Justiça especializada e extremamente importante”, conclui, defendendo que os Magistrados trabalhistas não têm “vida de marajá”, como muitos dizem.

FORMAÇÃO TARDIA

Ao contrário da maioria dos estudantes universitários, Vania apenas entrou no curso de direito com 27 anos de idade, se formando aos 31. Aos 18, havia se casado e mudado para o Rio de Janeiro. Ao se separar, com 26 anos, voltou para São Paulo com seus quatro filhos. Teve um recomeço.

Seu pai, que também era advogado trabalhista, a incentivou a voltar aos estudos e, logo, ela já estava na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, na USP.

Trabalhou desde o início da faculdade, e, após formada começou a atuar como empregada no escritório em que seu pai era sócio.

Após duas décadas na advocacia, concorreu pelo Quinto Constitucional para a vaga de desembargadora do TRT-2, sendo escolhida em sua segunda candidatura e nomeada pelo presidente Itamar Franco em 1993.

“Nunca pensei em fazer outra coisa da vida”, destaca Vania, defendendo sua paixão pela Justiça do Trabalho. ■

SUGESTÕES DE LEITURA



Mulheres de Cinzas

No primeiro livro da trilogia “As areias do Imperador”, o escritor moçambicano Mia Couto traça um romance histórico sobre a época em que o sul de seu país era governado por Ngungunyane, o último grande líder do Estado de Gaza

O Tempo e o Vento

Todos os sete volumes da série de Érico Veríssimo trazem 150 anos de história do Brasil, representados por personagens e situações marcantes, com relatos de fatos importantes se misturando com o que acontecia no mundo



Lima Barreto – Triste Visionário

A historiadora Lilia Moritz Schwarcz traça uma profunda biografia de Lima Barreto, onde investiga as origens, a trajetória e o destino do escritor carioca sob a ótica racial no Rio de Janeiro da Primeira República

Sapiens – Uma breve da humanidade

O professor e historiador Yuval Noah Harari traça a história da humanidade ao longo de toda sua existência relacionando os fatos históricos com questões do presente e com questionamentos peculiares



Confesso que vivi

Escrito ao longo de vários, o livro autobiográfico do prêmio Nobel de Literatura Pablo Neruda trata da infância do poeta chileno até o momento do golpe que derrubou Salvador Allende da presidência do país sul-americano

O Juiz **Farley Ferreira**, novo Presidente da AMATRA-2, no Fórum Ruy Barbosa, em São Paulo



ALEXANDRE SACONI/AMATRA-2

“OS PROCESSOS REPRESENTAM A VIDA DAS PESSOAS”

O Magistrado recém-empossado na AMATRA-2 defende a realização de uma gestão aberta e acolhedora às críticas construtivas, além de manter postura de combate aos ataques realizados contra a Justiça do Trabalho

P. A campanha que resultou na sua eleição foi muito acirrada. Como será a relação desta nova diretoria com o grupo da oposição?

R. Verdade, isso demonstra a importância que a AMATRA-2 tem para os associados. Nossa relação será respeitosa, observando as divergências e acolhendo as críticas construtivas para melhoria de nossa gestão.

P. Quais são as principais metas para sua gestão?

R. Em meu discurso de posse destaquei as principais. No âmbito regional, maior aproximação dos

Magistrados de 1º e 2º graus para compartilhar experiências, compreenderem a atuação e as dificuldades nesses diferentes graus de jurisdição, com a finalidade de acentuar as relações entre Magistrados. Buscamos também a aproximação com a advocacia trabalhista, para fomentar o respeito mútuo, solucionar eventuais conflitos e trabalharmos em paz.

No âmbito nacional, os objetivos são ousados, porque pretendemos aumentar o espaço do TRT-2 no cenário nacional, com nossos membros ocupando órgãos de cúpula do Poder Judiciário. Ao mesmo tempo, estaremos atentos e de-

fendendo, de forma incessante, a Justiça do Trabalho, para que as forças políticas que pretendem sua extinção não ganhem espaço na mídia.

Não há como deixar de destacar ainda nossos esforços para recomposição das perdas inflacionárias do subsídio da Magistratura, que está insustentável. Precisamos solucionar o problema do auxílio-moradia, que quebrou a paridade constitucionalmente assegurada aos aposentados, estagnou as aposentadorias e a progressão na carreira e nos deixou como alvos de críticas desmesurada da sociedade, inclusive amigos e parentes.

“No âmbito nacional, os objetivos são ousados porque pretendemos aumentar o espaço do TRT-2 no cenário nacional, com nossos membros ocupando órgãos de cúpula do Poder Judiciário”

P. Como ficará a questão do auxílio fixo na sua gestão?

R. Continuaremos na luta de expansão do auxílio fixo para as Varas do Trabalho. Essa solução mostrou-se realmente fantástica, porque permitiu aos Magistrados programarem suas vidas, criarem laços de companheirismo na mesma unidade judiciária, realizarem um programa de trabalho que se traduz em eficiência para toda a sociedade. É um caminho sem volta.

Permaneceremos acompanhado e buscando que a liminar no PCA 0000360-03.2016.2.00.0000 do CNJ se torne definitiva para estabelecer dois Juízes para as Varas do Trabalho com mais de 1.000 processos (artigo 10, §1º, da Resolução CSJT nº 63, de 28 de maio 2010), sem prejuízos das leis que criaram dois cargos de Juízes na mesma Vara do Trabalho.

P. Mesmo com a queda inicial no número de processos, haverá pressão pela contratação de mais Magistrados?

R. Sim. Os processos representam a vida das pessoas. A diminuição ocorrida em razão da reforma trabalhista nos dará oportunidade de de nos concentrarmos na qualidade do julgamento, não somente da quantidade. Também não se pode esquecer que temos grandes dificuldades de que a fase executiva do processo seja concluída. Com a redução de processos, também poderemos deslocar nossa força de trabalho para dar maior atenção a essa fase. Por esses motivos, estaremos sempre buscando disponibilidade orçamentária e a contratação de mais Magistrados.

P. Como a Amatra-2, sob sua presidência, pretende agir quanto à democratização no processo de escolha de cargos da administração do TRT-2?

R. Continuaremos na luta pela ampliação do processo democrático

nos Tribunais. Estaremos, junto com as associações nacionais, em busca da aprovação das Propostas de Emenda Constitucional para concretização desse sonho: o voto universal para os Magistrados. Afinal, não há mais motivo razoável para essa distinção na sociedade atual.

No âmbito regional, permaneceremos realizando as eleições informais para a Administração do Tribunal, em clara finalidade política de apoio a essa ideia.

P. Será possível, no biênio 2018-20, a adoção das Assembleias eletrônicas?

R. Precisamos superar a barreira técnica em razão de a AMATRA-2 estar em um prédio público. Vamos reiniciar as conversas com a Administração do Tribunal a respeito. Também será necessário um pequeno ajuste estatutário a fim de que haja a possibilidade de votações que não sejam, necessariamente, no mesmo ato.

P. Como será a atuação da Amatra-2 em prol da melhora na questão remuneratória dos Magistrados?

R. Não descansaremos enquanto não solucionarmos essa questão. Lembremo-nos que existe uma atuação indissociável das associações nacionais, principalmente em razão de uma estratégia que uma nossa classe. Estaremos juntos em todos os passos. O mais iminente é solucionar o problema do auxílio-moradia, diante da urgência da situação.

P. A entrada em vigor da Lei 13.467, tem se apresentado como um novo desafio para os Magistrados Trabalhistas e, em muitos aspectos, tem havido mui-

ta disparidade nas interpretações. Em quais aspectos da nova lei a Amatra-2 se posiciona francamente contra por considerá-los inconstitucionais?

R. A AMATRA-2 não tem deliberação sobre o tema e, portanto, não pode se posicionar institucionalmente. Não obstante defende, incondicionalmente, a independência funcional do Magistrado, para que possa decidir conforme sua livre convicção, seja pela inconstitucionalidade ou não da reforma trabalhista.

P. Como deverá ser a relação da Amatra-2 com a administração do TRT-2? Em que pontos há clara divergência?

R. Sempre muito cortês, como não poderia deixar de ser. Independentemente de quem esteja ocupando o cargo na Administração do Tribunal, estaremos sempre dispostos a dialogar para que compreendam a função institucional da AMATRA-2, as demandas dos Magistrados e proporemos soluções factíveis, por mais difícil que seja a situação. Não há pontos de clara divergência, mas ajustes que precisam ser tratados com atenção, respeito e criatividade.

P. O senhor acredita realmente que a Justiça do Trabalho corre risco de deixar de existir? E o que fazer diante desta possibilidade?

R. O risco existe porque há forças políticas que, vez ou outra, manifestam-se nesse sentido. Precisamos difundir na sociedade duas grandes funções da Justiça do Trabalho: concretização dos direitos sociais (valorizar o trabalho humano e seus direitos correlatos) e impedir a concorrência desleal entre empresas (entre empregador que cumpre a legislação trabalhista e outro que nada cumpre). Tentaremos realizar isso mediante redes sociais, informativos, assessoria de imprensa e propaganda paga.

“Nossa relação será respeitosa, observando as divergências e acolhendo as críticas construtivas para melhoria de nossa gestão”



FOTOS: FELIPE PINHOLI

REMUNERAÇÃO, RELAÇÃO COM ADVOCACIA, EXTINÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO E UNIÃO DOS MAGISTRADOS

Estes foram os temas centrais do discurso do novo Presidente da AMATRA-2, Farley Ferreira, em cerimônia de posse da diretoria da entidade realizada na sede do TRT-2

A nova diretoria da AMATRA-2, capitaneada pelo Juiz do Trabalho Farley Roberto Rodrigues de Carvalho Ferreira, Presidente da entidade no biênio 2018-2020, tomou posse no dia 16 de abril em cerimônia realizada na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-2) de São Paulo.

A chapa Participação Democrática, que venceu a eleição encerrada no dia 23 de março, é formada por 50 integrantes, entre Juízes, Juízas, Desembargadores, Desembargadoras, Magistrados e Magistradas, da ativa e aposentados, que integram a partir de agora a Diretoria Executiva, Comissão

Disciplinar e de Prerrogativas e o Conselho Fiscal da entidade.

Em seu discurso de posse, Farley Ferreira deu ênfase aos aspectos remuneratórios que envolvem atualmente a Magistratura brasileira. “Está insustentável a perda inflacionária de 40% do subsídio da Magistratura em razão do descumprimento literal do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal. Precisamos solucionar isso imediatamente”, disse.

“O auxílio moradia, que vem em clara substituição, revelou-se um remédio nefasto. Quebrou a paridade constitucionalmente assegurada aos aposentados, estagnou as novas aposentadorias

e a progressão na carreira, transformou a magistratura nacional em alvo desmesurável de críticas da sociedade, inclusive entre amigos e parentes. Precisamos solucionar isso imediatamente, em conjunto com as associações nacionais”.

Ainda em seu discurso, presenciado, entre outros convidados, pelos Presidentes do TRT-2, Desembargador Wilson Fernandes, da Anamatra, Juiz do Trabalho Guilherme Feliciano, da Abrat (Associação Brasileira dos Advogados Trabalhistas), Roberto Parahyba de Arruda Pinto, e da AATSP (Associação dos Advogados Trabalhistas de São Paulo), Lívio Enescu,

que compuseram a mesa durante a cerimônia, o Presidente da AMATRA-2 falou sobre a relação entre Magistratura e a advocacia e também a respeito da extinção da Justiça do Trabalho.

“Não é possível que, na maior Corte do Trabalho da América Latina, quicá do mundo, não consigamos resolver as escassas desavenças entre a advocacia e a Magistratura no exercício de seus respectivos trabalhos”, disse.

Farley Ferreira rebateu ataques à Justiça do Trabalho feitos, em parte, pela classe política. “No âmbito nacional, ainda temos que estar atentos aos ataques à Justiça do Trabalho e às forças políticas que, sem medir quaisquer consequências sociais, pugnam pelo fim da Justiça do Trabalho. [...] Aqueles que defendem a extinção da Justiça do Trabalho, eu proponho: sejam honestos e digam que isso é sua pauta neste ano de eleições gerais. A soberania popular lhe dará o recado”, rebateu.

O Magistrado criticou a atuação da OAB-SP (Ordem dos Advogados do Brasil-São Paulo), que se movimentou contra Magistrados que participaram de atos em defesa da Justiça do Trabalho, ocorridos em março em todo o País. “[...] a OAB-SP errou ao representar os colegas Magistrados pela atuação em um ato de valorização da Justiça do Trabalho, sendo que diversos outros Magistrados participaram da mobilização em todo o Brasil. A amplitude de defesa do nosso Judiciário e da sociedade brasileira é muito maior que o dano causado pelo adiamento das audiências. Tanto que nenhuma outra

NA FOTO MAIOR (À ESQ.), A NOVA DIRETORIA DA AMATRA-2 EMPOSSADA; DO LADO DIREITO, O ANTECESSOR, JUIZ FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA, E O NOVO PRESIDENTE DA ENTIDADE, JUIZ FARLEY FERREIRA



OAB estadual praticou ato semelhante [de representar contra os Magistrados]. Não se tratava de ato corporativo, mas de defesa da sociedade”, concluiu.

O novo Presidente sucede o Juiz do Trabalho Fábio Ribeiro da Rocha, que comandou a AMATRA-2 no período entre 2016 e 2018 e, que doravante, estará na Diretoria de Assuntos Legislativos e Institucionais da instituição.

“Encerramos com a certeza de que a luta associativa continua, agora conduzida pelo Presidente Farley Ferreira – biênio 2018/2020, aguerrido líder, competente profissional e grande amigo que, certamente, dará continuidade ao nosso trabalho. Sob seu comando atravessaremos difíceis momentos e deles sairemos mais fortes”, discursou o Magistrado antes de oficializar a transmissão do cargo para seu sucessor.

TODOS NO MESMO BARCO

Na ocasião, o Desembargador Wilson Silveira falou sobre a relação

da administração do TRT-2 com a associação regional. “É claro que a AMATRA, como qualquer entidade de classe, está aí para reivindicar. Esse é seu papel, mas a reivindicação de maneira leal, respeitosa e cortês é que tem pautado o relacionamento da administração do tribunal com a diretoria da AMATRA. E eu tenho certeza que na presidência do colega Farley, nosso relacionamento não vai ser diferente. Eu costumo dizer que o barco é um só. Estamos todos nele”, afirmou o Presidente do Regional.

Ao saudar a posse de Farley Ferreira à frente da AMATRA-2, o Presidente da Anamatra, Guilherme Feliciano, também usou a figura de linguagem do barco, mencionada por Wilson Fernandes ao se referir à divisão interna da Magistratura, segundo ele, um dos aspectos que têm dificultado a atuação das entidades associativas.

“A realidade nos apresenta uma condição jurídica que infelizmente dividiu a Magistratura. Em um lado falam os interesses dos Juízes Substitutos móveis, Juízes Substitutos fixos, dos Juízes Titulares, dos Juízes Titulares convocados, dos Desembargadores, dos ministros. Afinal, quem somos nós? Afinal, quem a Anamatra representa? Quem a AMATRA-2 representa? A Anamatra e a AMATRA-2 representam todos nós, sem distinções”, destacou Feliciano. “A gestão do meu querido Farley certamente demonstrará isso”, completou. Estamos na mesma nau, portanto, saibamos, nos reconhecer como tripulantes desta mesma nau, na mesma luta”. ■



FARLEY FERREIRA (AO CENTRO), COM REPRESENTANTES DA ADVOCACIA E OS PRESIDENTES DO TRT-2 E DA ANAMATRA

ACONTECEU

SÃO PAULO COMO GRANDE CENÁRIO

FESTA NO TERRAÇO ITÁLIA MARCOU COMEMORAÇÃO DA POSSE

Após toda a solenidade do evento de posse da nova Diretoria da AMATRA-2, na sede do TRT-2, o grupo que assume a entidade, liderado pelo Juiz **Farley Roberto Ferreira**, comemorou com muita alegria e informalidade a fase que começa e seguirá até 2020. Familiares, amigos, Magistrados, advogados, enfim, foi uma grande festa tendo São Paulo de fundo no topo de um dos endereços mais tradicionais da cidade, o topo do restaurante Terraço Itália.

FOTOS: FELIPE PINHOLI



EDUCAÇÃO, LAZER, BEM-ESTAR E MAIS

Novos e antigos benefícios aos associados da AMATRA-2 e dependentes



COLÉGIO BRASIL CANADÁ

Descontos de 10% no valor da matrícula e na mensalidade. Mais informações: www.colegiobrasilcanada.com.br ou pelo telefone (11) 3675.6840.

ACADEMIA COMPETITION

Descontos de 15 a 20% para grupos de no mínimo dez associados matriculados em planos semestrais. O benefício é válido para cônjuges e filhos.

CIRURGIÃO PLÁSTICO RODRIGO LEITE CORREA

Desconto de 20% para associados e dependentes no valor da consulta e sobre honorário de equipe médica responsável por cirurgia e procedimentos. Mais informações: www.drrodrigoleite.com.br ou pelo telefone (11) 2613.3006.

CIRURGIÃO PLÁSTICO FLÁVIO FRANCESCHELLI

Desconto de 10% no valor da consulta e 15% em procedimentos cirúrgicos e não-cirúrgicos. Mais informações pelo telefone (11) 3088-7451.

COLÔNIA DE FÉRIAS APAMAGIS

Descontos especiais em hospedagem nas colônias de férias situadas no Guarujá, Campos do Jordão e Termas de Ibirá.

CONCESSIONÁRIA AUTOSTAR VOLVO

Descontos para aquisição de novos veículos, conforme tabela mensal publicada no site da AMATRA-2. Informações: www.autostar.com.br/lojas_volvo.php

DANÇA&EXPRESSÃO

Desconto de 10% nas mensalidades para associados e familiares, além de isenção de taxa de matrícula. www.dancaexpressao.com.br

ÉRICA PANZANI FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA

Descontos de 15% (uma sessão por semana), 20% (duas sessões) e 25% (três sessões) para associados e dependentes. Telefones para agendamento: (11) 2495.2292

ESCOLA MAPLE BEAR – FERNÃO GAIVOTA

Desconto de 10% na anuidade, além de descontos diferenciados e cumulativos para irmãos. Informações: www.fernaogaivota.com.br/maple-bear



LATAM TRAVEL

Desconto de 10% para associados e dependentes na compra em pacotes de viagem nacionais e internacionais. Para mais informações, entrar em contato pelo e-mail alexandre.lucchesi@latamtravel.com.br ou telefone: (11) 97073.7319.

FACULDADE DE DIREITO DAMÁSIO DE JESUS

Desconto de 15% para dependentes dos associados no curso de direito. www.damasio.com.br

GARAGE INN VIRACOPOS

Desconto de 30% nas diárias da unidade próxima à Viracopos, incluindo transfer gratuito ao terminal do aeroporto.

GINECOLOGISTA FLAVIA PUBLICO CORREA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos. Telefone para agendamento: (11) 5081.6478

HOTEL VILLAGIO TUDO BOM

Desconto de 10% nos serviços de hospedagem. O hotel fica no município de Uruaú, 90 km de Fortaleza. Informações: www.hotelvillagiotudobom.com/po

INSTITUTO CULTURAL ÍTALO-BRASILEIRO

Desconto de 30% no valor total do módulo de qualquer curso de língua italiana. Válido para associados, cônjuges e filhos. www.icib.com.br

KING PARK CONGONHAS

Na unidade próxima ao aeroporto de Congonhas, descontos de 20% nas diárias e 10% na mão de obra em serviços disponíveis. Em Moema, os descontos são de 25% para estacionar e 12% nas lavagens.

LIMA SUB ESCOLA DE MERGULHO

Desconto de 10% em todos os cursos ministrados pela escola. Telefone para informações: (41) 9911.6757

LIVRARIA CULTURA

Desconto de 5% sobre livros nas lojas físicas de toda a grande São Paulo. O associado também pode usufruir do desconto nas compras online www.livrariacultura.com.br

MACKENZIE

Descontos para associados e seus dependentes em cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, de extensão e, também, de educação infantil, fundamental e ensino médio. www.mackenzie.br

MARCELLA LEDO DERMATOLOGIA

Desconto de 10% em consultas e procedimentos para associados e familiares nas unidades de Jundiaí e no bairro do Itaim Bibi. www.marcellaledo.com.br

MARIA DOS ANJOS DOMÉSTICAS

Desconto de 15% na taxa de administração referente a um salário da profissional contratada. Telefones: (11) 3105.4403 ou 3242.0679

MISTRAL VINHOS

A importadora oferece descontos de até 20% em seu amplo catálogo de vinhos. www.mistral.com.br/parceria/amatra2

NATUROLOGIA

Desconto de 15% nas sessões com a naturóloga Ana Paula Pessuto. Consultório em Higiênópolis com estacionamento no local. Telefones para agendamento: (11) 3258.7082 ou (11) 97320.8776

NORMANDO DESPACHANTE

Desconto de 15% em todos os serviços prestados a associados e dependentes. Telefones: (11) 3873.1348 ou 3862.2539

PERSONAL SECURITY TRAINING – TIRO DEFENSIVO

Desconto de 12% para associados e dependentes em cursos e instruções de tiro defensivo. www.facebook.com/PSTraining45

REDE DE HOTÉIS TRAVEL INN

Tarifas diferenciadas em todas as unidades da rede – São Paulo (Vila Olímpia, Vila Clementino, Higiênópolis e Jardins), Jundiaí, Campinas e Marília. <http://travelinn.com.br>



SAM'S CLUB

Associados e dependentes terão desconto no valor da primeira anuidade do cartão de sócio do SAM'S Club no valor de R\$ 10,00, bem como um brinde para aquele que ficar sócio da loja. Mais informações no site www.samsclub.com.br ou pelo telefones: (11) 5545.5800.

ULTRAPARK – ESTACIONAMENTO AEROPORTO DE GUARULHOS

Desconto de 10% no valor das diárias. É necessário efetuar reserva pelo e-mail contato@ultrapark.com.br. www.ultraparkgru.com.br